

# Centrão ganha e terrorismo não será anistiado

Por duas vezes o plenário da Constituinte rejeitou propostas que no início da sessão de ontem buscaram modificar o substitutivo do Centrão ao projeto de Constituição, estabelecendo tipificação diferenciada à tortura e ao terrorismo. Nem mesmo a defesa emocionada do deputado José Genoíno (PT/SP), detido e torturado no começo da década de 70, sensibilizou o plenário quanto à diferença entre os dois atos. O primeiro pedido de destaque, do deputado Antônio Mariz (PMDB/PB), visava restabelecer o texto da Comissão de Sistematização mais foi rejeitada por 279 votos contra 240 e seis abstenções. A supressão proposta por Genoíno, que retirava do texto do Centrão o tráfico de drogas, os crimes hediondos e o terrorismo, teve rejeição por 315 votos contra 191 e 20 abstenções.

A sessão de ontem, marcada pela votação do dispositivo que prevê como inafiançáveis e insusceptíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico de drogas, os crimes hediondos e o terrorismo, estabeleceu mais uma vez a divisão de interesses que, coloca os 559 constituintes em grupos distintos. As defesas e as contradições à proposta de Antônio Mariz se fixaram mais a nível da técnica legislativa dos dois textos, embora o autor do destaque tenha ressaltado a diferença entre a tortura e os "outros crimes" constantes nos projetos. "A tortura", disse ele, "é crime do Estado contra o indivíduo; os outros são de pessoas para pessoas".

Apesar de colocarem contra esta proposta, os deputados Gerson Peres (PDS/PA) e Gastone Righi (PTB/SP), ambos do Centrão, deram uma prévia do

que seria levantado contra o destaque do PT. Peres fez um discurso lembrando que o "terrorismo arrasa, mata inocentes indiscriminadamente. É uma tortura coletiva", enfatizou ainda. Ele ressaltou que a defesa desta diferenciação de tratamento entre um crime e outro tem um sentido ideológico que visa beneficiar terroristas, no futuro, com a anistia. Righi classificou a votação de "sur-realista". O senador José Fogaça (PMDB/RS), ao falar como relator-adjunto, deu parecer favorável à proposta de Mariz, por ser interesse do PMDB aprovar mais à frente uma emenda do deputado José Tavares (PMDB/PR).

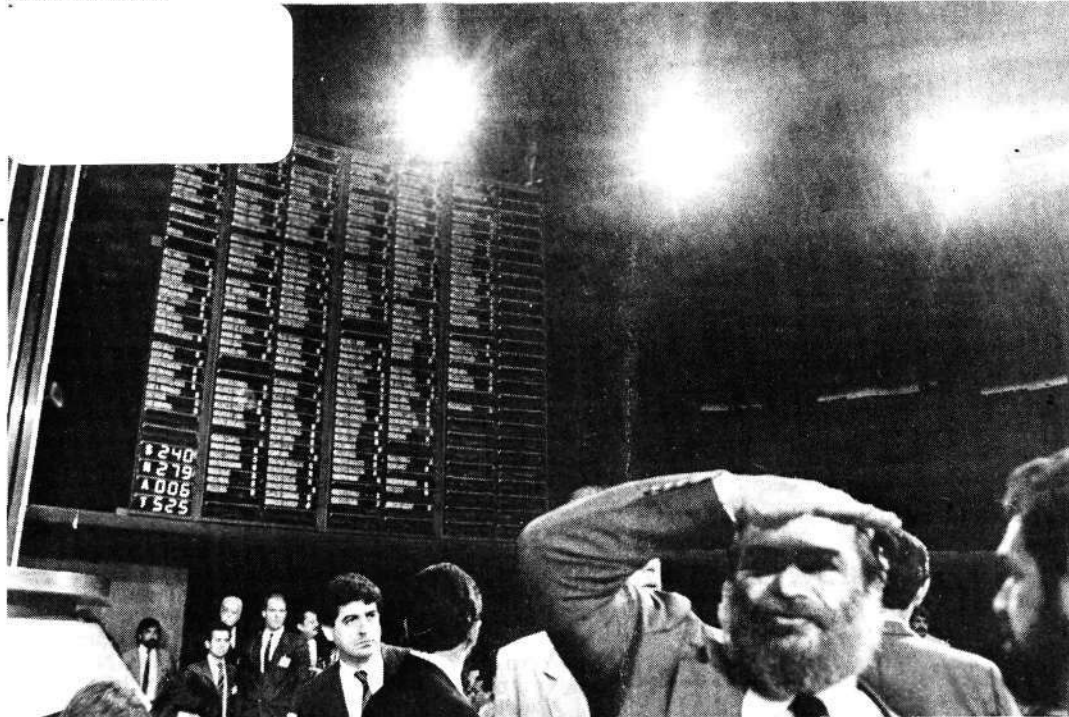
"Você sabe o que é tortura companheiro?", questionou da tribuna o deputado José Genoíno. "É a separação entre a mente e o físico. Enquanto uma diz não fala, a outra fala. Eu não quero, falar aqui dos torturados Rubens Paiva e Vladimir Herzog. Eu quero falar da tortura, da 'cadeira do dragão', do choque elétrico, do afogamento, das crianças feitas reféns para obrigar o torturado a fazer uma confissão".

Reconheceu que o terrorismo político não é o caminho para os que querem modificar a realidade. "mas ele não deve ser tratado na Constituição como aquele crime que separa a mente do corpo". Lembrou que a diferença é grande entre os que matam em combate e os que matam torturando. "Por isso a ONU qualifica a tortura como crime contra a humanidade, que fere a essência do ser humano", disse ainda. Por sua defesa, ele foi ironizado pelo deputado Gerson Peres, que falou contra a emenda.

# Constituinte veta pena de morte

Medida fica só para caso de guerra e prisão perpétua é rejeitada

GIVALDO BARBOSA



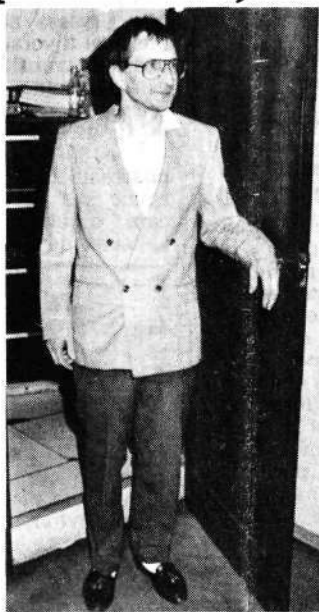
Gastone Righi, ofuscado, confere se a outra metade do painel voltou a funcionar

## Técnico conserta painel e, de quebra, o acelera

Sem voto mas com uma peça, Erwin Haas, um técnico alemão de 37 anos, tornou-se ontem a figura mais importante da Constituinte. Foi ele o responsável pela instalação de um novo processador central no sistema eletrônico de votação, que depois de três dias voltou a funcionar. O painel foi testado pelos próprios constituintes numa votação simulada.

Sempre acompanhado por Adelmo Pilger, gerente de automação da AEG Telefunken do Brasil, Haas passou a maior parte do tempo fechado na sala lateral do plenário, onde está montada a unidade central do sistema de votação. Suas poucas aparições tiveram que ser negociadas com o secretário-geral da mesa, Paulo Afonso.

Com bom humor, mas perplexo com a curiosidade que despertou nos jornalistas e nos constituintes, Haas posou para um batalhão de fotógrafos. Orientado para que não concedesse entrevistas, Haas limitou-se a comentar, em inglês, o sucesso da troca do processador central, que dará ao sistema uma agilidade quatro vezes maior do que quando foi instalada.



Erwin Haas

Engenheiro eletrônico, enviado de Frankfurt pela AEG, antiga associada da Telefunken, Haas verificou rapidamente que a causa da pane foi a sobrecarga de informações no sistema.

O sistema, porém, vai sofrer um novo reajuste, para duplicar a nova velocidade, com o que a capacidade do sistema será multiplicada por oito. O objetivo é fazer com que ele possa suportar bem qualquer sobrecarga, mesmo nos maiores picos — conforme explicou o gerente de automação da AGE Brasileira, Adelmo Pilger. Segundo ele, trata-se de uma segurança adicional. Além disso, haverá o que ele chamou de "uma polida no software", e que pode ser traduzido por alguns reajustes na programação do sistema.

A peça trazida por Haas e que representou o ponto chave do conserto do painel é um cartão eletrônico com mais ou menos 23 cm por 17 cm, formato "P" duplo. E o novo processador central.

A peça trazida por Haas e que representou o ponto chave do conserto do painel é um cartão eletrônico com mais ou menos 23 cm por 17 cm, formato "P" duplo. E o novo processador central.

Em cinco votações consecutivas o plenário rejeitou ontem, por larga margem de votos, a extensão da aplicação da pena de morte para outros casos que não o de "guerra declarada", as penas de prisão perpétua e de trabalhos forçados. Com a rejeição das propostas, permanece o texto do Centrão, que admite a pena de morte nos casos de guerra. O texto não especifica que a guerra deve ser externa, o que significa que a pena de morte também poderá ser aplicada nos casos de guerra civil. O texto da Sistematização não admitia a pena de morte em hipótese alguma.

Na terceira vez em que esta matéria era votada pelo plenário, vários deputados apelaram para o bom senso dos autores das duas últimas emendas a serem apreciadas, argumentando que elas não tinham chance de aprovação e pedindo que eles as retirassem. Os deputados Luiz Sotero (PMDB-GO) e Farabullini Júnior (PTB-SP), no entanto, fizeram questão de manter até o fim as propostas, segurando o presidente Ulysses Guimarães e 423 constituintes no plenário até as 21h50m. A sessão hoje começa mais cedo, às 13h30m.

O primeiro a defender a pena de morte nos casos de assalto, seqüestro ou estupro seguido de morte foi o deputado Amaral Netto (PDS-RJ). Esta é a sua principal bandeira na Constituinte, segundo ele próprio, e Amaral vem defendendo-a com veemência, mas sem sucesso, desde a fase das subcomissões. Como nas outras vezes em que argumentou a favor da pena de morte, Amaral Netto abusou de

exemplos de crimes macabros, especialmente contra crianças, e apelou para o sentimento familiar dos constituintes.

— Pelo amor de Deus, pensem nos seus filhos, netos, mães e mulheres antes de apertarem estes botões — pediu Amaral Netto, depois de ressaltar o "sentido social" da proposta: "A pena de morte beneficia muito mais aos pobres do que aos ricos, porque os ricos já têm os esquadrões da morte e os grupos de execução particulares".

Num ritual igual ao das outras três vezes em que Amaral defendeu a pena de morte, mais uma vez ele encontrou pela frente o deputado José Genoíno (PT-SP) para contraditá-lo. Genoíno usou novamente o seu argumento de que "a lógica punitiva deve contar com a possibilidade de o homem se recuperar, e a pena de morte implica na eliminação do indivíduo, portanto, na eliminação dessa possibilidade". A emenda de Amaral Netto foi rejeitada por 392 a 90.

Uma matéria interessante aprovada ontem foi a emenda do deputado José Tavares (PMDB-PR) que dispensa o cidadão que já possui carteira de identidade de ser submetido a identificação criminal, ou seja, deixar as impressões digitais na delegacia. "Isso não prejudica a investigação criminal, porque quem tem carteira de identidade já tem suas impressões arquivadas no instituto de identificação", argumentou o autor da proposta. Sem encaminhamentos contrários, a emenda foi aprovada por 462 votos a 35.

## O QUE JA ESTÁ APROVADO

- ARTIGO 6º**
- 89º — Ninguém será submetido a tortura, a penas cruéis ou a tratamento desumano ou degradante. A lei considerará a prática da tortura, o tráfico de drogas, os crimes hediondos e o terrorismo crimes inafiançáveis, insusceptíveis de graça ou anistia, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-lo, se omitirem.
  - 90º — É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, observadas as qualificações profissionais que a lei exigir.
  - 91º — São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurada o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
  - 92º — A casa é asilo inviolável do indivíduo. Ninguém pode nela penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito, desastre ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
  - 93º — É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e telefônicas, salvo neste último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal e instrução processual.
  - 94º — Não há crime nem pena sem prévia cominação legal. A lei penal não retrograda, salvo para beneficiar o réu.
  - 95º — Não haverá juízo ou Tribunal de exceção. Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente, e tampouco privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.
  - 96º — Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.
  - 97º — São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos. A lei disporá sobre a punição dos responsáveis.
  - 98º — Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.
  - 99º — O civiltense identificado não será submetido a identificação criminal, salvo em hipóteses excepcionais definidas em lei.
  - 100º — Será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal.
  - 101º — A lei somente poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.
  - 102º — Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, mas a obrigação de reparar o dano e a decrétação do perdimento de bens poderão ser estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido, nos termos da lei.
  - 103º — A lei assegurará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:
    - privação da liberdade;
    - perda de bens;
    - multa;
    - prestação social alternativa;
    - suspensão ou interdição de direitos;
    - Não haverá pena de morte, salvo em caso de guerra declarada, nem de caráter perpétuo, de trabalhos forçados ou de banimento.

## A ESTRELA DO DIA

GIVALDO BARBOSA



Paliarin, fora do anonimato, com seu penico.

### Atacando a CUT e a língua

O deputado Jayme Paliarin (PTB/SP), que também é ministro evangélico e pecuarista, foi ontem a estrela na sessão da Constituinte. Inscrito para falar no horário reservado às pequenas comunicações, Paliarin atacou a CUT em um discurso, repleto de erros de português, que culminou com a exibição, da tribuna, de um penico de plástico azul — um "presente" que ele pretende enviar para o presidente da CUT, Jair Meneghelli.

— A CUT e os seus sindicatos estão defecando nos seus jornais e nas praças injúrias contra este parlamento. Repudiamos esta defecação e tudo o mais que a CUT tem feito para denegrir a nossa pessoa — despejou Paliarin sobre um plenário ainda vazio e absolutamente perplexo.

Depois de afirmar que sua atuação na Câmara tem sido dirigida ao povo "menos favorecido", Paliarin enumerou os três projetos de lei que apresentou até agora, todos de "grande interesse social". Um deles, proíbe a distribuição de bebidas alcoólicas nos aviões dentro do território nacional.

Mas Paliarin — que até agora tem votado com o Centrão — garante não ter compromisso com nenhum grupo dentro ou fora do Congresso, a não ser com Deus e com o povo. "Assim sendo", reforçou o de-

putado, "não tenho medo da CUT, nem dos sindicatos ligados a ela, nem do diabo e nem de qualquer outra cambada que tentam denegrir o meu nome".

Paliarin teve o cuidado de embulhar o presente com um papel colorido e deixou o pacote em cima da tribuna até o final do discurso, quando exibiu o seu conteúdo em um gesto teatral. Paliarin foi entusiasticamente aplaudido pelos líderes centristas Roberto Cardoso Alves (PMDB/SP), Roberto Jefferson (PTB/SP) e Gastone Righi (PTB/SP).

Ao descer da tribuna, Paliarin deixou o penico à mostra, ao lado do microfone. Ele ficou exposto durante quase cinco minutos, até o deputado Olivio Dutra (PT/RS), que só deveria falar em seguida ao deputado Antonio de Jesus (PMDB/GO), subir lá e escondê-lo atrás da tribuna, sem comentários.

Quando foi encerrado o horário reservado para as pequenas comunicações, o deputado Florestan Fernandes (PT/SP) proferiu a palavra para lembrar ao presidente Ulysses Guimarães que ele deveria dar alguma destinação ao pacote esquecido por Paliarin. "O deputado trouxe para cá um sôpeira de uso familiar. Acho que ela deve ser devolvida ao deputado", sugeriu Florestan.

## Centrão aprova com folga ponto polêmico

O controle cerrado dos líderes do Centrão e a orientação em bloco de votos no plenário rendeu ontem mais uma vitória ao grupo, na disputa do primeiro ponto polêmico do capítulo dos Direitos Sociais. O clima apaixonado e a troca de ofensas e insultos pessoais entre os parlamentares centristas e progressistas marcou a votação da emenda José Genoíno (PT/SP), que tentava excluir da relação de crimes imprescritíveis, inafiançáveis e não passíveis de anistia, como a tortura, os crimes hediondos, narcotráfico e terrorismo.

Não havia mais o que negociar. O líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, anunciará no início da sessão que a matéria seria mesmo disputada no voto, já que o Centrão não aceitaria abrir mão do nívelamento dos crimes de tortura e terrorismo, enquanto os progressistas defendiam o diferenciamiento da punição para os dois casos. "Neste capítulo, os acordos que se mostraram viáveis já foram fechados. Daqui para frente os entendimentos estão suspensos. Vamos votar".

Logo que subiu à tribuna para defender sua emenda, Genoíno desencadeou no plenário discussões acirradas. Enquanto era aplaudido pelos partidos de esquerda, de outro lado do plenário o Centrão procurava neutralizar a manifestação de apoio com estrondosas vaias e até gritos de alguns que o chamavam de "terrorista". Seu discurso emocionado, entretanto, serviu para convencer alguns parlamentares do Centrão da diferença entre os crimes de terrorismo e tortura. "O terrorismo é praticado de peito aberto, é um ato de coragem, enquanto a tortura é um ato de covardia, cometido contra uma pessoa indefesa", disse o autor da emenda.

Logo que desceu da tribuna ouviu da deputada Lúcia Vânia (PMDB/GO), do Centrão, o aviso de que ganharia o seu voto. "Pela primeira vez eu vou votar em você", anunciou a deputada, enquanto subia à tribuna o deputado Gerson Peres (PDS/PA), para defender a proposta do Centrão e encaminhar contra a emenda José Genoíno. Acabou gerando nova onda de desabafos e xingamentos, desta vez por parte dos progressistas. Assim que desferiu o primeiro ataque a Genoíno, argumentando que o deputado mesmo desfilava no plenário sua experiência como terrorista, mal conseguiu continuar o seu pronunciamento.

— Vai pra casa murrinha! Seu dedo duro palhaço... gritava indignado o deputado Amaury Müller (PDT/RS), acompanhado por outros parlamentares que chamavam Gerson Peres de "torturador e dedo duro". A votação aconteceu rápida e o resultado deixou eufóricos os líderes do Centrão. A vantagem tinha sido maior do que esperavam: 315 votos contra apenas 191 registrados a favor da emenda José Genoíno. Apesar da ampla maioria, nem mesmo o voto da deputada Lúcia Vânia passou despercebido do deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB/SP). Atravessando todo o plenário com sua cadeira de rodas, postou-se diante de sua bancada e quis saber por que ela havia votada contra o Centrão.

— Você votou contra o nosso grupo... disse Roberto em tom inquisidor para a deputada goiana.

— Votei por que estou cansada de chegar nas delegacias deste país e ver centenas de torturadores circulando impunemente. Vejo também casos dramáticos de menores que são torturados ainda hoje nestes locais. Enten-

do que o crime de tortura tem de receber um tratamento diferenciado — respondeu Lúcia Vânia.

Não satisfeito, Roberto ainda tentou convencer-lhe no sentido de que o terrorismo é ainda pior do que a tortura, já que praticado contra pessoas indefesas e inocentes, enquanto a tortura era praticada contra os inimigos. No final obteve da deputada a confirmação de que votaria com o Centrão "no básico".

### EQUIVOCO

Por outro lado o Centrão contou com o apoio de muitos parlamentares considerados progressistas para aumentar a vantagem na disputa pela preservação do seu texto na votação. Votaram pela rejeição da emenda José Genoíno, por exemplo, os deputados Pimenta da Veiga (PMDB/MG), Milton Reis (PMDB/MG), Fernando Gasparian (PMDB/SP), Sandra Cavalcanti (PFL/RJ) e os senadores José Richa (PMDB/PR), Afonso Camargo (PMDB/MG), Afonso Franes (PFL/RJ) e Carlos Chiarelli (PFL/RJ). Mesmo não sendo progressistas, estes parlamentares não votaram com o Centrão sistematicamente.

Ao final da batalha, o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB/SP) observou que a discussão sobre a necessidade de diferenciar a punição para os crimes de tortura e terrorismo havia sido mal colocada em plenário. "O debate não deveria ter sido conduzido da forma que foi. Ficou parecendo que nós éramos defensores da tortura, enquanto o Centrão defendia o terrorismo".

## Pressão reduz ausências

A presença maciça de constituintes (526) na sessão vespertina de ontem teve, na opinião do deputado Luiz Salomão (PDT/RJ) um motivo simples. Autor de um projeto de resolução determinando a divulgação, via Diário da Constituinte, dos nomes dos ausentes das sessões, Salomão entende que "os menos cara-de-pau" que "insistiam em não comparecer" podem ter mudado de ideia, tendo tal medida. "É claro que este não foi o único motivo, nem eu posso assegurar que tenha sido um real motivo", ressaltou.

O projeto de resolução, também assinado pelos deputados Paulo Delgado (PT/MG) e Otávio Elísio (PMDB/MG) foi encaminhado terça-feira para a Mesa da Constituinte, após reunir 193 assinaturas de parlamentares. Luiz Salomão, porém, não acredita que a proposta chegue a ser votada. "Acho difícil que a Mesa coloque o projeto em apreciação", disse. De qualquer maneira, o deputado está convicto de que esta seria a

forma ideal de pressionar os constituintes ausentes. "Nós estamos ganhando 100 pontos nacionais de salário. Estamos sendo regulamentados e devemos trabalhar", afirmou, apontando como ausentes "basicamente gente do Centrão". Luiz Salomão, contudo, não citou os nomes dos parlamentares que, segundo ele, não aparecem no plenário há mais de três sessões. "Basta olhar pa'a o painel eletrônico. Procura na letra R", aconselhou, bem-humorado.

Também o deputado Otávio Elísio — outro autor do projeto de resolução — está certo de que a divulgação dos nomes dos ausentes seria uma boa maneira de forçar a presença dos constituintes. Ele explicou que o texto que recebeu as 193 assinaturas propõe, a verificação dos presentes em cada sessão, através do painel eletrônico, havendo ou não votação. "Feito isto, divulgaríamos a lista através do Diário da Constituinte e também dos demais órgãos de imprensa", disse.

## Prazo é abril, insiste Ulysses

O deputado Ulysses Guimarães disse ontem que seria melhor entregar a presidência da Assembleia Nacional Constituinte, se os seus cálculos apontassem o mês de julho como data para promulgação do texto constitucional. Ele continua acreditando que dentro de dois meses, ou dois meses e meio, no máximo, o Brasil terá sua nova Constituição.

Depois de conversar com o técnico alemão (Erwin Haas), que instalou um novo processador no sistema eletrônico de votação, Ulysses retomou o otimismo em relação ao final da Assembleia Nacional Constituinte, que ele prevê para o mês

de abril, preferencialmente no dia 21.

O painel eletrônico, que já receberá de alguns constituintes o apelido de Rock Hudson — grande e bonito, mas não funciona — voltou a operar ontem, e bem, com a instalação do novo processador, que multiplicou em quatro vezes a velocidade do computador utilizado no plenário da Câmara.

A expectativa é de que, daqui para frente, as votações transcorrerão sem problemas, apesar dos erros dos constituintes. O sistema eletrônico sofrerá ainda uma outra intervenção, até o Carnaval, o que, segundo o diretor-geral da Câmara, Adel-

## Deputados se ameaçam e até arma aparece

FOTOS: GIVALDO BARBOSA

Nem Roberto Cardoso Alves cuspiu em Pimenta da Veiga, nem Roberto Jefferson atirou em Jorge Uequed. Mas pretendiam. E isso mostra a que ponto chegaram os ânimos no plenário da Assembleia Nacional Constituinte, ainda no início de votação do projeto constitucional. E tudo por culpa da imprensa, claro.

Foi assim na última terça-feira, quando o deputado Roberto Cardoso Alves cobrou do seu colega de partido, Pimenta da Veiga, uma declaração que este teria feito, de que não havia afinidade política e moral, entre o deputado paulista e o senador Mário Covas.

Pimenta desmentiu a notícia. A falta de afinidade, afirmou, realmente havia, mas apenas no campo político. Roberto Cardoso Alves se deu por satisfeito com a explicação, e concluiu: "Isso é coisa de jornalista de esquerda - os jornalistas de esquerda não têm caráter". Logo depois confessaria, a um interlocutor: "Se o Pimenta confirmasse a declaração, eu ia cuspir na cara dele".

Ontem, foi a vez dos deputados Roberto Jefferson (PTB-RJ) e Jorge Uequed (PMDB-RS). O parlamentar gaúcho, ao evitar uma agressão do constituinte carioca contra o senador José Fogaça, teria di-



Jefferson na tribuna...

to a ele "fica quieto, olha a lista da Cobal".

A frase, divulgada pela imprensa, provocou até um telefonema do pai de Roberto Jefferson, que lhe disse, pelo telefone: "Se ele confirmar e você não reagir, estará comprometendo a honra da família; se ele disse, sem você saber, ainda há tempo de acertar as coisas".

E Roberto Jefferson foi "acertar as coisas", com o jornal na mão e um revólver na cintura. Um três-óitão. Abordou Uequed no plenário, "disposto a tudo". Mas Jorge Uequed negou. E a culpa, ficou com a imprensa, outra vez.



...com seu 38, que a ampliação mostra